

Salvador: a primeira Capital

No dia 29 de março de 1549, Tomé de Souza, então governador-geral do Brasil, funda a cidade de Salvador, chamada na época de "São Salvador da Bahia de Todos os Santos", como sede do governo português na colônia. A cidade teve início na Vila Velha, na parte baixa, mas logo passou às elevações que hoje formam o bairro da Vitória. Salvador tornou-se uma cidade dividida em dois planos: a cidade baixa e a cidade alta, como Atenas, na Grécia, e Gênova, na Itália. A cidade foi sede da administração colonial do Brasil até 1763, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro.

Atualmente, com mais de 3,5 milhões de habitantes em sua região metropolitana, Salvador é a cidade mais populosa da região nordeste do Brasil. Seus habitantes são chamados de soteropolitanos, nome criado a partir da tradução do nome da cidade para o grego: Soterópolis (cidade do Salvador). Polo turístico, a cidade é conhecida também pelas suas festas populares como o Carnaval.

A primeira capital brasileira se manteve como tal entre 1549 e 1763, totalizando 214 anos. Portanto, foi na capital baiana que durante mais de dois séculos a sede da administração colonial portuguesa (governo geral e vice-reinado) permaneceu.

Rio de Janeiro: a segunda Capital

No dia 31 de agosto de 1763, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do Brasil, tirando o posto que antes pertencia a Salvador. O Rio se manteve como capital até 1960, quando a sede do governo foi transferida para Brasília. Por conta da vinda da coroa portuguesa para o Brasil, em 1808, foram criadas diversas instituições na cidade como a Academia Militar, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e a Academia Imperial de Belas Artes, além da Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico. O Rio foi a única cidade no mundo a sediar um império europeu fora da Europa. Para separar a província da capital do Império, a cidade foi convertida, no ano de 1834, em município neutro, e a província do Rio de Janeiro passou a ter a cidade de Niterói como capital. Contudo, com o declínio da República Velha e a conseqüente decadência da força da economia cafeeira, o estado perdeu força política para São Paulo e Minas Gerais.

A História

A transferência da Capital, do litoral para o interior do Brasil, está presente praticamente desde o início da colonização, não só para resguardar o poder de uma invasão, como para levar o desenvolvimento a outras regiões do País.

É atribuída ao **Marques de Pombal** a ideia mais antiga que se conhece de transferir a Capital do Brasil para o interior, mas não como sede do governo da colônia e sim do próprio reino de Portugal. Outras vezes se elevaram e alguns fatos ocorreram em favor da interiorização, mas a história destaca três grandes idealizadores. O Alferes José

Joaquim da Silva Xavier (O Tiradentes), o jornalista **Hipólito José da Costa** e o patriarca **José Bonifácio de Andrada e Silva**.

O Rei D. João VI também reconheceu essa necessidade, quando da transferência da corte para o Rio de Janeiro, em 1808.

A ideia foi tomando vulto, até que em 1823 José Bonifácio encaminhou a Assembleia Constituinte do Império do Brasil a "Memória sobre a necessidade debedificar no Brasil uma nova capital", sugerindo para sede a comarca de Paracatu em Minas Gerais, com os nomes Petrópole ou Brasília.

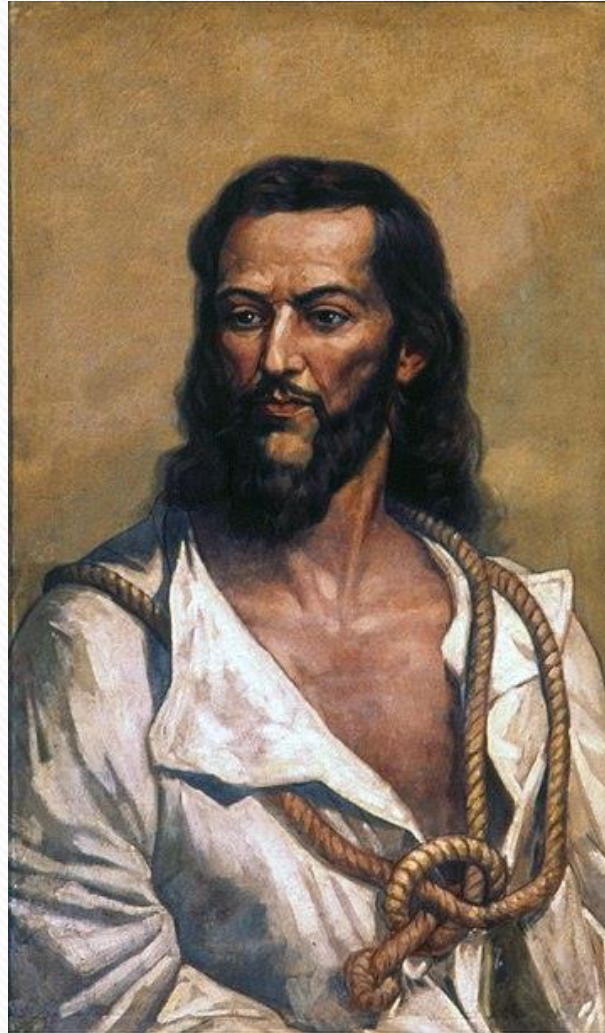
O **Visconde de Porto Seguro** foi outro personagem nacional a aderir à causa, fazendo vários manifestos a respeito. Inicialmente, ele preferia São João Del Rei, depois, considerou o Planalto Central mais importante.

Como resultado da campanha, em 1852, Holanda Cavalcanti apresenta ao Senado um projeto de lei dispendo sobre a construção da Capital, sendo mantido o topônimo Brasília, sugerido por José Bonifácio.

Sebastião José de Carvalho e Melo: o Marquês de Pombal



Joaquim José da Silva Xavier: o Tiradentes

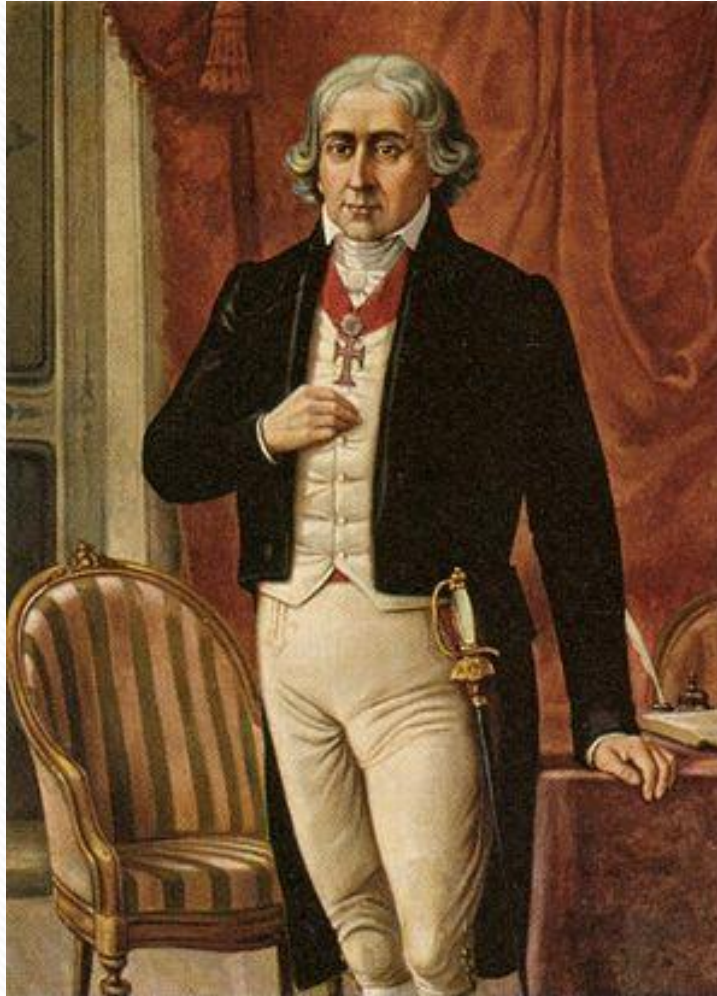


Hipólito José da Costa: fundador do Correio Braziliense

Em 1º de junho de 1808, Hipólito José da Costa publicou, em Londres, o primeiro número do jornal “Correio Braziliense” ou “Armazém Literário”, em fascículos mensais, com cerca de 80 páginas. Até 1822, quando foi extinta sua edição, o jornal havia produzido 175 fascículos. A publicação foi proibida de circular no Brasil e em Portugal devido aos artigos que pregavam liberdade de expressão, a independência do Brasil, além de condenar a aristocracia parasitária do Reino e a exploração econômica de Portugal em relação ao Brasil. Em função dos artigos que criticavam a política do governo português, a veiculação do jornal tornou-se ilegal. No entanto, o Correio Braziliense circulou de forma clandestina no Brasil e na metrópole portuguesa.



José Bonifácio de Andrada e Silva



Francisco Adolfo de Vanhagen: o Visconde de Porto Seguro



Resumo das Constituições brasileiras

Const. 1824

- + Eleições censitária, aberta e indireta;
- + Imperador não respondia judicialmente por seus atos
- + Monarquia unitária e hereditária

Const. 1891

- + Abolição das Instituições Monárquicas;
- + Eleições de votos diretos, mas a descoberto (não secreto);
- + Sist. de Gov. Presidencialista;
- + Os estados da Federação passaram a ter suas constituições hierarquicamente organizadas em relação à constituição federal

Const. 1934

- + Instituiu o voto secreto;
- + Voto obrigatório aos maiores de 18 anos;
- + Previu criação da Justiça do Trabalho;
- + Previu criação da Justiça Eleitoral
- + Nacionalizou a riqueza do subsolo e queda d'água do País

Const. 1937

- + Admite Pena de Morte;
- + Concentra o Executivo e legislativo nas mãos do Presidente;
- + Retira do trabalhador o direito de Greve;
- + Estabelece eleição indireta para presidente, mandato de 5 anos

Const. 1946

- + Igualdade de todos perante a lei;
- + Inviolabilidade do sigilo a correspondência;
- + Separação dos 3 poderes
- + Inviolabilidade da casa como asilo do indivíduo

- + Extinção da Pena de Morte;
- + Liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos
- + A liberdade de associação para fins lícitos

Const. 1967

- + Restringe ao trabalhador direito de Greve;
- + Estabelece pena de morte para crimes de segurança nacional;
- + Eleições indiretas para presidente, com mandato de cinco anos;

Const. 1988

- + Remédios constitucionais;
- + Direito e Garantias Constitucionais;
- + Estado Laico;
- + Princípios Fundamentais;

Constituições do Brasil

"art. 3.º - "Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km² que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal." Em seu parágrafo único, o citado artigo dizia: "Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir Estado".

Disposto a cumprir a determinação constitucional, o Presidente Floriano Peixoto criou em 1892 a "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", cabendo ao cientista Luiz Cruls, Diretor do Observatório Nacional um completo trabalho que ficou conhecido como "Quadrilátero Cruls". Não obstante os vários objetos apresentados, a comissão foi extinta em 1897.

Comissão Exploradora do Planalto Central

